



Brasília, 22 de abril de 2021

**Ao Excelentíssimo Sr. Presidente da República
Jair Bolsonaro**

Senhor Presidente,

O mundo tem menos de 30 anos para zerar as emissões líquidas de carbono. Caso contrário, colocaremos em risco a vida no planeta da maneira que a conhecemos. A transição de uma economia carbono intensiva para uma economia de baixo carbono é tarefa urgente e um caminho sem volta.

Por todo o globo, países declaram suas ambições (metas) climáticas e seus planos para descarbonização, com potencial de geração de benefícios econômicos da ordem de US\$ 26 trilhões, segundo dados da The New Climate Economy. Países e blocos econômicos tornam mais rígidas suas classificações para definir o que é um investimento ou negócio sustentável.

A regulação pode ser nacional, mas o mercado de capitais é global. Estudo recente do Tesouro Britânico aponta a necessidade de incluir a natureza na economia, do planejamento às métricas dos serviços ecossistêmicos, e até a tentativa de estimar a produtividade daquilo que não é visível, como os solos.

Neste sentido, instituições financeiras incorporam o compromisso com o desmatamento como critério para alocação de recursos e concessão de financiamento, classificando os títulos soberanos de alguns países como de alto risco. Uma nova economia e geopolítica mundial já estão em curso e têm a questão climática como componente estrutural.

No Brasil, cerca de 2/3 das emissões de gases de efeito estufa (GEE) advêm das mudanças no uso do solo e do desmatamento que, sozinho, responde por 40% disso.

Não só não cumprimos as obrigações designadas na lei 12.187/2009, conhecida como Política Nacional de Mudança Climática, de reduzir nossas emissões até 2020 na casa dos 38,9%, como temos assistido a recordes sucessivos de desmatamento, em especial na Amazônia Legal, ficando 2,8 vezes acima da meta estipulada para o período, segundo dados do PRODES, do INPE. A recente revisão da nossa Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC), mudando a base de cálculo e tornando nossos compromissos menos ambiciosos, reforça a mensagem de que o Brasil não se encontra



adequadamente posicionado para a inserção no conjunto das nações, o que implica em riscos operacionais, financeiros, regulatórios e reputacionais.

Sr. Presidente, o descompromisso com o combate ao desmatamento pode ser entendido de forma bastante objetiva: o Brasil hoje perde oportunidades e perde, conseqüentemente, dinheiro. Estamos comprometendo nosso presente e nosso futuro.

Assim, vimos pedir o apoio de Vossa Excelência a uma agenda que faça frente à essa situação, baseado no aumento das ambições climáticas do país e tendo o combate ao desmatamento como eixo central, aproveitando a semana da Cúpula do Clima. São os pontos que seguem abaixo:

1. **Revisar a “2ª NDC”**, a partir de diálogo com a sociedade civil, em que conste aumento da ambição climática, o retorno das informações sobre metas absolutas de mitigação, informações sobre as contribuições setoriais e referências a políticas, medidas e ações de adaptação;
2. **Garantir a implementação do Código Florestal**, fruto de convergência histórica entre ruralistas e ambientalistas, o que significa impedir a regularização fundiária de imóveis que tenham incidido em prática de desmatamento após julho de 2008;
3. **Ampliar e intensificar a fiscalização e a punição dos ilícitos ambientais**, o que inclui a retomada de operações remotas de fiscalização e, ainda, o fortalecimento dos órgãos competentes como Ibama e ICMBio que se encontram hoje fragilizados e que tiveram, pela proposta orçamentária atual, seus orçamentos reduzidos, de modo que incêndios como os de 2019 e 2020 não se repitam;
4. **Garantir o acesso público a dados sobre desmatamento**, cobertura florestal, posse e rastreabilidade de cadeias de suprimentos de commodities.

Nos colocamos à disposição para contribuir com o governo brasileiro, dentro de nossas atribuições, para acelerar soluções para esses desafios.

Subscvem abaixo:

Rede de Ação Política pela Sustentabilidade – RAPS

Parlamentares RAPS

Senador ALESSANDRO VIEIRA – CIDADANIA/SE

Senador JEAN PAUL PRATES – PT/RN



Senadora MARA GABRILLI – PSDB/SP
Senadora LEILA BARROS – SEM PARTIDO/DF
Senador RANDOLFE RODRIGUES – REDE/AP
Deputado ALESSANDRO MOLON – PSB/RJ
Deputado ALEX MANENTE – CIDADANIA/SP
Deputado CARLOS CHIODINI – MDB/SC
Deputado EDUARDO COSTA – PTB/PA
Deputado FRANCO CARTAFINA – PP/MG
Deputada LEANDRE PONTE – PV/PR
Deputado MARCELO RAMOS – PL/AM
Deputada PROFESSORA DORINHA – DEM/TO
Deputado RAFAEL MOTTA – PSB/RN
Deputado RAUL HENRY – MDB/PE
Deputado RODRIGO AGOSTINHO – PSB/SP
Deputado RODRIGO COELHO – PSB/SC
Deputada TABATA AMARAL – PDT/SP
Deputado TADEU ALENCAR – PSB/PE
Deputado VINICIUS POIT – NOVO/SP